

ANEXO 1

MODELO DA FICHA UTILIZADA NAS ESCOLAS EXPERIMENTAIS

A) Registro inicial: nome da criança, idade, ano do fichamento, nº da ficha

B) Motivo para o fichamento

C) Observações Gerais: endereço residencial, nome do pai e mãe

D) Dados familiares: observações sobre os pais (nacionalidade, idade, profissão, tipo físico, cor)

E) Observações sobre a visita social

- se há outras pessoas na casa

F) Ambiente Familiar

- tipo de casa (própria ou alugada)

- localização

- número de cômodos

- estrutura da mesma (iluminação, arejamento, área de lazer, vila ou apartamento etc..)

G) História Obstétrica

- parto normal ou não

- amamentação

H) Desenvolvimento

- idade que falou

- idade que deu os primeiros passos

I) Alimentação

- se come bem

- se recusa alimentos

- algum problema para se alimentar

J) Brinquedos

- se brinca sozinho ou não

- que brinquedos gosta

- como se relaciona com os demais nas brincadeiras

- se a criança tem hora de brincar , em casa

L) Vida Sexual

- se já foi surpreendido em jogos ou atos sexuais

- se faz desenhos com tema sexual

M) Vida na Escola

- características de comportamento observadas

N) Temperamento**O) Caráter****P) Aprendizagem****Q) Saúde**

- cor de pele, altura, peso

R) Observações Gerais

- texto livre da responsável pelo preenchimento da ficha

ANEXO 2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO
SERVICO DE APOIO AO EDUCANDO

HISTÓRICO DO CPP

I- Introdução

A importância da família na educação do indivíduo é decisiva e insubstituível mesmo. A própria escola será mais ou menos eficiente, na medida em que for apoiada pela família. É evidente, pois, que a família deve ser fortalecida e prestigiada para que, mais e melhor, exerça sua função de agência de educação assistemática.

A escola não pode assumir sozinha, a incumbência da família, de educar-lhe os filhos. Deve, por isso, empenhar-se para que esta se convença das suas obrigações inalienáveis no processo educativo. Deve evidenciar que certas condições básicas, emotivas, principalmente, para a boa marcha da educação, devem ser preparadas pela família, sem o que muito pouco poderá fazer a escola.

Daí, a necessidade de a escola convocar a família para acertarem seus planos de trabalho, a fim de melhor realizarem a tarefa que lhes é comum. Mas, para isto, é preciso conquistar a família, congregá-la em "círculos de pais e mestres" ou em torno de outra qualquer instituição ou centro de interesse.

É preciso, em suma, trazê-la a colaborar com a escola, repartindo com esta as responsabilidades de educação de seus filhos.

II- Integração escola-família

Evolução:

As primeiras notícias acerca do movimento de educação de pais data do século XVI, quando estudiosos expressaram sua preocupação em ajudar os pais na educação dos filhos. Diziam eles que os pais estavam perdendo sua autoridade e que era preciso fortalecê-los, a fim de conseguir a obediência e submissão dos filhos. Vejam que o conceito de educação era bem diferente do de nossos dias, contudo o que importa, é que já havia a preocupação de ajuda aos pais no desempenho da sua tarefa educativa.

Já no século XVIII, os filósofos que prepararam a Revolução Francesa repeliavam o conceito segundo o qual o pai, chefe da família, detém uma autoridade absoluta sobre a mulher e os filhos e que excluía, portanto, até então, a concepção de uma educação particular para preparar os pais para sua função.

No século XIX essas idéias tiveram, nos Estados Unidos, uma repercussão importante e rápida. O ideal democrático que, a partir deste século, orientou o pensamento público favoreceu uma concepção individual de educação. Contudo, essas idéias novas sobre a família originaram conflitos para muitos pais que se encontravam divididos entre as normas tradicionais e as concepções liberais. Muitos exprimiram sua

desorientação, buscando diretrizes e conselhos. O hábito de freqüentar clubes facilitou o desenvolvimento das "associações de pais" e, a partir de 1815, nasceram as "associações maternas". Essas se multiplicam no país, principalmente, no final do século, quando a diminuição da idade mínima para a criança entrar na escola introduziu o Jardim de Infância) apontava a necessidade de cooperação entre pais e mestres na orientação das crianças.

Na Europa, só no início do século XX, é que surge o movimento de educação de pais, apresentando por Charlotte Buhler com seus estudos sistemáticos em Viena, em 1925, e por Mme. Verine em Paris, em 1928, fundadora da "École de Parents". Mme. Verine, durante 20 anos, dedicou-se a trazer a atenção de escritores, médicos e educadores para a necessidade de esclarecer os pais a respeito de sua atuação sobre a criança.

Atualmente, a "École de Parents" organiza reuniões de pais dos alunos de escolas públicas primárias, liceus, colégios, associações familiares, centros sociais e dispensários para ajudar à maternidade, mantendo um atendimento na sede para problemas especiais.

Falando-se em organizações desse gênero, não podemos deixar de citar o PTA ("Parents, Teachers Associations"), designação pela qual é conhecido o Congresso Nacional de Pais e Mestres dos Estados Unidos, que tem o objetivo de unir as forças do lar, da escola e da comunidade em benefício das crianças e dos jovens."

No Brasil, as Escolas de pais - movimento de iniciativa particular que integra aos próprios pais a tarefa de animar os círculos mediante um treinamento - surgiram em São Paulo, no ano de 1963.

A grande originalidade das Escolas de Pais brasileiras consiste em utilizar casais para a função de animadores.

Têm como objetivo reforçar a família, dando aos pais condições de educar melhor seus filhos, assumindo com responsabilidade a paternidade. Procuram prepará-los para um mundo em mudança rápida, transmitindo-lhes conhecimentos de psicopedagogia e incentivando -lhes a reformular seus princípios, a fim de poderem transmitir aos filhos uma educação para o futuro.

III - O Círculo de Pais e Professores

A - Histórico

Entre nós, o primeiro ato oficial que faz referências ao trabalho junto aos pais, data de 1928, quando o decreto Nº 2940, "Lei e Regulamento do Ensino Primário", na parte II, título I, artigo 83 dizia:

" Para o fim de projetar sobre o lar a ação educativa da escola e estabelecer a mais estreita colaboração da escola e da família, serão organizados, em todos os

Distritos Escolares, associações permanentes de pais de alunos, reuniões periódicas de pais e professores e conferências aos pais de alunos."

Seguiram-se, no decorrer do tempo, outros decretos em que sempre eram feitas referências à necessidade de estender ao lar a ação educativa da escola.

Em 1944, o Decreto 7718 de 5 de fevereiro que Reorganiza na Secretaria Geral de Educação e Cultura, o Ensino primário do Distrito Federal e dá outras providências, no seu artigo 38 preconiza a união entre pais e professores e, logo a seguir, no artigo 39... a instituição Círculo de Pais e Professores.

Finalizando, o artigo 42 determina que ao DEP organize setores técnicos destinados ao estudo, planejamento e controle das diretrizes que deverão nortear as atividades das Instituições Escolares."

O Decreto número 77988 de 20 de abril do mesmo ano que regulamenta o Ensino primário no Distrito Federal vem reforçar o que havia sido estabelecido anteriormente e, no seu artigo 109, diz que "O CPP procurará interessar a família na ação educativa da escola, numa atmosfera de simpatia, compreensão e solidariedade. Convém acentuar que os nossos primeiros Círculos eram muito formais, com composição de mesa, leituras de atas, conferências, às vezes uma linguagem pomposa, sem que houvesse realmente o diálogo pai-professor".

Muitos desses Círculos enveredaram pelo caminho político ou então se transformaram em sessões de queixas, reclamações e pedidos de ajuda material para a escola. Com isso, o número de pais foi declinado e os Círculos de pais quase desapareceram.

Em 1955 foi instituído o Encargo Distrital de CPP, mas não havia um órgão especializado que orientasse os CPPs. A orientação era feita pela própria assessoria do Departamento de Educação Primária.

Em 1959, as Instruções número 10 E-DGE regulam funcionamento dos CPPs.

Em 1961, já no Estado da Guanabara, as Instruções número 4, publicadas em 28/12, baixam as normas gerais para o funcionamento dos Círculos de Pais e Professores nas escolas do Departamento de Educação primária. o artigo 1º diz que "Em cada unidade escolar sob sua jurisdição, o Departamento de Educação Primária promoverá a instituição e estimulará o funcionamento do respectivo Círculo de Pais e Professores (CPP), cuja finalidade é conseguir a mais estreita cooperação possível entre a escola e a família em favor do aprimoramento constante da ação educativa."

Nos artigos que se seguem é delineada a estrutura do CPP:

"É uma instituição intra-escolar, sediada na escola, presidida pelo diretor, e da qual fazem parte professores e responsáveis pelos alunos, sem intervir na administração

da escola e no trabalho do corpo docente, abstendo-se de debates e propagandas de caráter político ou religioso."

Prevê, ainda, a criação de um Estatuto Básico dos Círculos de Pais e Professores e institui o Setor de Incentivo e Amparo ao Escolar (SIAE) com a responsabilidade de orientar os Círculos.

Neste mesmo ano a Ordem de Serviço número 14-de 21/3- do Departamento de Educação Primária baixa o Estatuto Básico para os Círculos de Pais e Professores.

Também a legislação de âmbito nacional se preocupou com a formação das Associações de Pais e Professores. A lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional - lei 4024 de 20/12/61 - diz em seu artigo 144 que "A escola deve estimular a formação de associações de pais e professores."

Em 1964 a Portaria número 38 SED - de 31 de dezembro - regula o funcionamento dos Círculos de pais e Professores nas escolas públicas primárias da Divisão de Educação Primária Fundamental do DEP.

Confirma o que ficou estabelecido nas Instruções número 4/1961 em relação aos fins do CPP, acrescentando a participação da comunidade na ação educativa da escola. Determina, ainda, que os CPPs realizem reuniões gerais (com todos os pais da escola, para apresentação de um tema) e reuniões parciais (pelo professor de turma com os pais de seus alunos) proporcionando conhecimento mútuo e mais profundo e favorecendo melhor compreensão da situação escola-família.

Além das reuniões, estabelece um programa de atividades, no sentido de: promover palestras, conferências, debates, sessões educativas, literárias e recreativas, excursões, festividades e campanhas, mesmo de caráter financeiro, etc.

É bom frisar que as reuniões de pais passaram a serem realizadas de maneira informal, num clima de cordialidade, onde todos colaboravam trazendo suas experiências. Já havia a preocupação da participação do grupo e, para isso, vários recursos eram utilizados, como técnicas de dinâmica de grupo e material audiovisual.

Os primeiros resultados desse trabalho surgiram em 1965, quando as escolas passaram a contar com número crescente de responsáveis em suas reuniões, propiciando assim, maior entrosamento lar-escola.

Em 1966, a Portaria número 46- de 25 de novembro- baixa o estatuto para o Círculo de Pais e Professores dos estabelecimentos da Rede Oficial do Estado. esta mantém a mesma linha de ação da portaria número 38/1964, não alterando seu conteúdo básico. Em relação à organização, a Portaria número 46/1966 é bem mais complexa do que a 38/1964, já que esta determinava como órgão administrador a Diretoria, composta por cinco membros (Presidente, Vice-Presidente,

Coordenador de campanhas e Tesoureiro e, aquela, possuía, além da Diretoria, uma assembléia Geral e um Conselho de Representantes.

Estas duas portarias nortearam todo o trabalho de CPP nas escolas da rede oficial até o ano de 1978.

Com a fusão, em 1975, o Município do Rio de Janeiro assumiu a responsabilidade do ensino de 1º grau, que englobou o primário (1ª a 4ª série) e o ginásio (5ª a 8ª série), sendo considerado como ensino fundamental de 1º a 8º série. Apesar da fusão, entretanto, o 1º grau continuou até 1978, com dupla regulamentação dos CPPs: o primário adotando a portaria 38/1964 e o ginásio seguindo a Portaria 46/1966.

A integração de ambas foi propiciada pela portaria número 50/EDGED/1978, que vem regulamentar as Associações de Pais e Professores nas escolas da Rede Oficial do Município do Rio de Janeiro.

Finalizando, não podemos deixar de citar a Lei 5692/71 que fixa as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus e que reafirma, em seus artigos 41 e 62, a importância "de entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino".

B- O CPP na SME

Em 1961, as Instruções número 4, publicadas em 28/12, instituem o Setor de Incentivo e Amparo ao Escolar (SIAE).

Primeiro órgão com a responsabilidade de orientar os Círculos. Este foi transformado, em Seção de Assistência ao Educando, tendo como uma de suas subseções a de Círculo de Pais e Professores. Em junho de 1968 esta subseção passou a Setor de Círculo de Pais e Professores e, em abril de 1974, integrando-se ao antigo Setor de instituições Escolares (Caixa Escolar) constituíram o Projeto de Instituições Escolares. Em virtude da nova estrutura da SME, em 1975 extinguiu-se o Projeto de Instituições Escolares, sendo constituída a Divisão de Assistência ao Educando, que engloba três serviços, um dos quais é o nosso atual Serviço de Apoio ao Educando.

No período de, 1975 a 1978, o serviço de Apoio ao Educando, responsável pela orientação aos professores encarregados do CPP, procurou incentivar a iniciativa dos E-DECs e UUEE na promoção de atividades e reuniões. Esta atuação se justificou pela diferenciação de características e, portanto, de necessidades de cada realidade.

A fim de incentivar a conquista do pai para o envolvimento na vida escolar e fortalecer a integração família-escola-comunidade, o Serviço de Assistência ao Educando criou o Coral e o Clube de Mães, promovendo a participação de mães, pais, professores, diretores de UUEE e pessoas da comunidade. O objetivo foi iniciar um processo que se implementará e se ampliará na escola. Cabe a ela adaptar esta iniciativa à sua realidade criando condições para atrair e mobilizar os pais.

A partir de 1979, com a portaria número 50/78/E-DGED em vigor, o Serviço de Assistência ao Educando passou a realizar um trabalho de dinamização e acompanhamento das APPs, através de vistas periódicas aos E-DECs e reuniões com os responsáveis pelas APPs.

A dinamização das Associações de Pais e Professores é o Instrumento da SME para um trabalho carinhoso de conquista, conquista para a co-participação, para a co-responsabilidade. Vemos nisso um fator de ampliação das fronteiras da própria escola e um agente catalisador da família e da comunidade.

Bibliografia

- 1- Nérici, Imídeo Giuseppe. Lar, escola e educação. São Paulo, Editora Atlas, S. A., 1972.
- 2- Niskier, Arnaldo. A nova escola- Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.
- 3- Schmidt, Maria Junqueira. Também os pais vão à escola... Rio de Janeiro, Agir.
- 4- Schmidt, Maria Junqueira. Associação de pais e Professores. C.A.D.E.S. 1967.
- 5- Coletânea de Atos Oficiais do CPP.
- 6- Regulamentação do CPP.